



Lei da Copa vai a sanção com bebida liberada nos estádios

Projeto foi aprovado ontem no Plenário sem alterações à redação da Câmara. Senadores da base alegam que era preciso cumprir compromisso do governo com a Fifa

Com manutenção da polêmica permissão de venda de bebidas alcoólicas nos jogos, texto suspende a validade do Estatuto do Torcedor durante a Copa do Mundo de 2014 e a Copa das Confederações de 2013, que também será realizada no Brasil.

De acordo com o projeto, os preços dos ingressos serão determinados pela Fifa, e o governo poderá decretar feriado nacional nos dias em que a Seleção Brasileira jogar. União responderá pelos danos que causar à Fifa, ou aos seus empregados, "por ação ou omissão". 5



Moreira Maniz/Agência Senado

Na votação, senadores contrapuseram argumentos contrários à liberação de álcool e favoráveis à aprovação sem mudanças

Projeto resguarda juízes contra ameaças do crime organizado 3



Ana Volpe/Agência Senado

Marco Maia e Marta Suplicy se reuniram com líderes: acordo para alterar PEC do Trabalho Escravo

PEC do Trabalho Escravo será modificada 2

ICMS de venda *on-line* deve ter nova regra

Proposta de emenda constitucional aprovada ontem pela Comissão de Constituição e Justiça divide entre estados de

origem e de destino o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços. Texto será ainda examinado pelo Plenário. 4



José Cruz/Agência Senado

Eunício Oliveira preside reunião da CCJ: rejeitada emenda que estendia as novas regras a todas operações comerciais

Avança proposta que isenta de imposto CD e DVD nacionais 8

Exigir caução de paciente pode render um ano de detenção 4

Liberação de recursos para segurança terá novas regras 3

Plenário aprova estrutura própria para juizados especiais 3

Seguro para doméstico demitido passa no Senado

Projeto que estabelece seguro-desemprego para domésticos foi aprovado na Comissão de Assuntos Sociais e vai à Câmara. 6



Gerardo Magela/Agência Senado

Texto aprovado na CAS, presidida por Jayme Campos, define seguro de três meses

Senadores aprovam fim do 14º e 15º salários 2

O produtor e o consumidor leem

JORNAL DO SENADO
17 anos



Pablo Valadares/Agência Senado

Marco Antonio Raupp e Valter Pinheiro: C&T para o desenvolvimento do país

Para ministro, ciência e tecnologia devem ter até 1,8% do PIB em 2015 8

Aprovados R\$ 533,5 milhões para desastres naturais 7

Senadores buscam solução para novo Código Florestal 6

Projeto agora será analisado pela Câmara; de acordo com Lindbergh, subsídios só faziam sentido no passado, quando senadores e deputados precisavam se mudar com toda a família para o Rio

Senado aprova fim de 14º e 15º salários de parlamentar

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem o fim da ajuda de custo paga aos senadores e deputados federais no início e no fim do ano. O projeto aprovado determina que os chamados 14º e 15º salários sejam concedidos apenas no início e no fim de cada mandato.

A proposta (PDS 71/11) é da senadora licenciada Gleisi Hoffmann (PT-PR), atualmente ministra da Casa Civil, e agora vai para a Câmara dos Deputados.

O relator do projeto na Comissão de Assuntos Econômicos, Lindbergh Farias (PT-RJ), lembrou que o subsídio pago aos parlamentares teve origem quando a capital federal ainda era o Rio. A ajuda de custo era justificada pela necessidade de os parlamentares terem de se mudar com suas famílias para a capital no início e no final de cada ano — medida hoje

desnecessária, com a evolução dos meios de transporte.

Lindbergh observou que os deputados receberão a ajuda de custo no início do primeiro ano de mandato e no fim do quarto ano, enquanto os senadores receberão no início do primeiro ano e no fim do oitavo ano.

Distorção

Ricardo Ferraço (PMDB-ES) afirmou que, com o tempo, a ajuda de custo “se transformou em uma enorme distorção”.

— Não faz nenhum sentido que nós, senadores, tenhamos o que popularmente consagrou-se como 14º e 15º, nos distanciando da grande maioria dos trabalhadores brasileiros afirmou o senador.

Segundo Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), o fim do subsídio aumenta a

austeridade no uso dos recursos públicos.

Ivo Cassol (PP-RO) enfatizou que não há mais a necessidade do subsídio pago aos parlamentares.

Magno Malta (PR-ES) lembrou ter participado da extinção do subsídio pago pela Assembleia Legislativa do Espírito Santo, ao lado de Ricardo Ferraço, quando ambos eram deputados estaduais.

Sérgio Souza (PMDB-PR) enalteceu a iniciativa da ministra Gleisi Hoffmann, de quem é suplente.

Também apoiaram o projeto Jayme Campos (DEM-MT), Cyro Miranda (PSDB-GO), Pedro Taques (PDT-MT), Eduardo Suplicy (PT-SP), Gim Argello (PTB-DF), Blairo Maggi (PR-MT), Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), Acir Gurgacz (PDT-RO) e Eduardo Lopes (PRB-RJ).

Fechado acordo para alterar a PEC do Trabalho Escravo

A presidente em exercício do Senado, Marta Suplicy, e o presidente da Câmara, Marco Maia, discutiram com líderes partidários alterações na PEC do Trabalho Escravo. Deve ser incluído que a desapropriação de terras onde houver trabalho escravo seja regulamentada por lei específica. A PEC 438/01 deveria ter sido votada em turno suplementar na Câmara anteontem, mas foi adiada para o dia 22 para que os parlamentares negociem mudança de redação no Senado, onde a proposta será analisada. A resistência à proposta vem da oposição e de governistas identificados com o agronegócio. Líderes defenderam a regulamentação em lei para que o proprietário não fique sujeito à interpretação dos fiscais do trabalho.

Aberto prazo para segundo turno da PEC dos Jornalistas

A proposta de emenda à Constituição que reinstitui a obrigatoriedade do diploma de Comunicação Social para o exercício do jornalismo (PEC 33/09) voltou ontem à pauta do Plenário, na primeira sessão de discussão em segundo turno da matéria. A PEC constará da ordem do dia por três sessões deliberativas.

Apresentada por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), a PEC mantém a figura do colaborador, sem vínculo empregatício, e são validados os registros obtidos por profissionais sem diploma no período anterior à mudança na Constituição. A proposta tenta neutralizar decisão do STF de 2009 que revogou a exigência do diploma. De julho de 2010 a junho de 2011, foram concedidos 11.877 registros — 7.113 com diploma e 4.764 com base na decisão do STF.

Aprovada a criação de varas do Trabalho em sete estados

O Senado aprovou ontem, em votação simbólica, a criação de varas do Trabalho nos estados do Rio de Janeiro, Ceará, Santa Catarina, Pará, Amapá, Mato Grosso e Alagoas. Os projetos de lei (PLCs 5/12, 7/12, 8/12, 9/12, 12/12 e 14/12), propostos pelo Tribunal Superior do Trabalho, haviam sido aprovados de manhã pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De acordo com a Constituição, compete privativamente aos tribunais propor a criação de varas judiciais. Os projetos preveem também a criação de cargos de juiz e de servidores em diferentes especialidades para os tribunais regionais do Trabalho. Há ainda previsão de criação de funções comissionadas. Os projetos seguem para a sanção da presidente da República.



Marco Maia, Marta Suplicy e líderes partidários definem que PEC será regulamentada em lei específica

Cassol destaca a importância da religiosidade

Ivo Cassol (PP-RO) ressaltou a importância da religiosidade em sua trajetória familiar e política. Disse que a fé é capaz de melhorar em muito a vida das pessoas, inclusive curando doenças graves.

Ele registrou comemoração dos 14 anos da Igreja Mundial do Poder de Deus, dia 6, que teria reunido mais de 6 milhões de fiéis, e garantiu que não busca benefícios eleitorais ao participar de eventos religiosos.

— O político que faz isso é um fraco — afirmou Cassol.



Moreira Matiz/Agência Senado

Lídice comemora os 162 anos de Maragogipe

Lídice da Mata (PSB-BA) saudou, em Plenário, o aniversário de 162 anos do município baiano de Maragogipe, completados na terça-feira. Ela descreveu a cidade como rica em recursos naturais e com grande potencial turístico, ecológico, rural e náutico.

A senadora lembrou que, no município, está sendo instalado o Estaleiro Enseada do Paraguaçu, que terá capacidade de processar até 36 mil toneladas de aço por ano, com investimentos previstos de R\$ 2 bilhões.



Moreira Matiz/Agência Senado

ADIAMENTO

Por razões técnicas, os pronunciamentos de senadores realizados no Plenário após as 19h25 de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO: PEC dos Jornalistas

14h Segunda sessão de discussão da PEC que torna obrigatório o diploma de comunicação social para jornalistas.

SEGURANÇA: Condicional

8h Subcomissão examina projeto que prevê, no caso de falta grave cometida pelo condenado, a interrupção do período aquisitivo do livramento condicional.

CDH: Igualdade racial

8h As estratégias jurídicas de combate à discriminação e de promoção da igualdade racial serão debatidas na comissão. Está convidada para a audiência pública, entre outros, a ministra da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Luiza Bairros.

CRA: Biotecnologia e royalties

8h30 Audiência sobre biotecnologia e royalties reúne César Borges Sousa (Associação Brasileira de Produtores de Grãos não Geneticamente Modificados), Glauber Silveira da Silva (Associação Brasileira dos Produtores de Soja) e José Rodrigues Peres (Embrapa Cerrados).

CMA: Vigilância sanitária

8h30 Promove audiência pública com o tema “A Anvisa e a implementação da logística reversa de resíduos de medicamentos”, como parte das ações da 1ª Semana de Vigilância Sanitária no Congresso Nacional.

CAS: Diretor da Anvisa

8h30 O diretor-presidente da Agência Nacional de Vigilância, Dirceu Barbano, apresenta na Comissão de Assuntos Sociais o relatório de atividades de 2011.

CI: Adicional de contrato

9h Analisa o projeto que limita em 25% o adicional do valor inicial de contrato para execução de obras e serviços ou compras e a proposta que dispõe sobre o transporte público coletivo de passageiros. Antes, haverá explanação sobre as atividades da Subcomissão de Aviação Civil.

CDR: Desenvolvimento do DF

10h Comissão vota, entre outros, projeto que cria o Fundo do Entorno do Distrito Federal.

CONSELHO DE ÉTICA: Requerimentos

10h Reunião do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para apreciação de requerimentos.

CPI DO CACHOEIRA: Depoimentos

10h Comissão ouve o delegado da PF Matheus Mela Rodrigues e os procuradores da República Daniel de Resende Salgado e Léa Batista de Oliveira, responsáveis pela Operação Monte Carlo.

CRE: Debate com Antonio Patriota

10h A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional debate, com o ministro das Relações Exteriores, Antonio Patriota, a situação da política externa brasileira bem como os preparativos para a Rio+20.

MOSTRA: Documentos abolicionistas

11h A Subsecretaria de Arquivo Histórico e Permanente realiza mostra de documentos das lutas abolicionistas.

CÓDIGO PENAL: Lei de Estrangeiros

14h A comissão de juristas destinada a elaborar o anteprojeto de Código Penal se reúne para deliberar sobre crimes contra a humanidade e a Lei de Estrangeiros.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, **reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE)**. As reuniões realizadas pelas comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.gov.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

CCJ cria sistema organizar dados sobre segurança pública e drogas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem substitutivo a projeto de lei de Magno Malta (PR-ES) que definia novas condições para estados e municípios receberem recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). A decisão foi terminativa, ou seja, não precisará passar pelo Plenário.

O relator do projeto (PLS 310/03), Eduardo Braga (PMDB-AM), resolveu ampliá-lo e propor a criação do Sistema Nacional de Segurança Pública, Prisional e sobre Drogas (Sinesp).

— O substitutivo tem o propósito de criar um sistema oficial de estatística capaz de compilar e fornecer dados e informações com a

precisão e o tempo necessários ao planejamento estratégico de ações de combate à criminalidade — explicou o senador.

Ocorrências criminais notificadas; registro de armas de fogo; entrada e saída de estrangeiros do país; pessoas desaparecidas; condenações, penas e mandados de prisão; e repressão à produção, fabricação, tráfico e apreensão de crack e outras drogas ilícitas são alguns dos dados que deverão constar do Sinesp.

Pedro Taques (PDT-MT) elogiou a proposta e acredita na importância de sua aprovação para o enfrentamento dos homicídios sem solução no país. O substitutivo vai a turno complementar de votação na CCJ.

Juizados especiais federais poderão ter estrutura própria

Criados há mais de dez anos, os juizados especiais federais poderão passar a contar com estrutura própria. O Plenário aprovou ontem projeto de lei da Câmara (PLC 25/12) que cria 225 cargos de juiz de turma recursal nesses juizados, vinculados à Justiça Federal de 1º grau. Mais cedo, a iniciativa havia passado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Os juízes serão distribuídos em 75 turmas recursais dos juizados especiais, das quais 25 irão funcionar no Tribunal Regional Federal (TRF) da 1ª Região (Distrito Federal); 10 no da 2ª (Rio de Janeiro); 18 no da 3ª (São Paulo); 12 no da 4ª (Porto Alegre); e 10 no da 5ª (Recife).

Cada uma das turmas recursais será composta por três juízes federais titulares e um suplente. O PLC 25/12 foi relatado por Eunício Oliveira (PMDB-CE), que recomendou a aprovação.

Senado faz seminário sobre criminalização da homofobia

A equiparação da homofobia ao crime de racismo, como prevê o Projeto de Lei da Câmara 122/06, será discutida na próxima terça-feira, no Seminário Diferentes, mas Iguais, promovido por iniciativa da presidente em exercício do Senado, Marta Suplicy.

Devem participar do seminário a ministra da Secretaria de Direitos Humanos, Maria do Rosário, e o governador do Rio, Sérgio Cabral.

O seminário ocorre na véspera da 3ª Marcha Nacional contra a Homofobia, em Brasília.

Marta espera que o seminário sensibilize os senadores e a sociedade sobre o recrudescimento da violência homofóbica e a necessidade de aprovação do projeto, que torna crime a discriminação por orientação sexual.

— A Europa, a Argentina e outros países vizinhos avançam na proteção da diversidade. O Brasil caminha para trás — disse.

Projeto aprovado ontem pelo Senado volta à Câmara porque sofreu modificações. Objetivo é evitar ameaças de organizações criminosas a magistrados, como forma de retaliação pelas sentenças

Crime organizado deve ser julgado por grupo de juízes

PARA EVITAR AMEAÇAS a juízes federais, o Senado aprovou ontem a formação de um colegiado de magistrados para decidir sobre atos processuais que envolvam organizações criminosas. O Projeto de Lei da Câmara (PLC) 3/10, aprovado em primeiro turno no Senado no final de abril, volta à Câmara dos Deputados porque sofreu modificações.

O Brasil registra vários casos de juízes mortos ou sob proteção policial devido a retaliações do crime organizado. Por isso, a proposta aprovada ontem permite que um juiz forme um colegiado para deliberar sobre atos como decretação de prisão provisória e sentença sempre que o crime tenha sido cometido por organizações criminosas.

Pela proposta, o novo colegiado será formado pelo juiz do processo e outros dois escolhidos por sorteio eletrônico, entre aqueles com competência criminal e que atuam no primeiro grau de jurisdição. Suas reuniões poderão ser sigilosas, sempre que houver risco de a publicidade prejudicar a decisão judicial.

Apresentado à Comissão de Direitos Humanos da Câmara pela Associação dos Juizes Federais do Brasil (Ajufe), o projeto ganhou na Comissão de Constituição e Justiça do Senado um substitutivo do relator, Alvaro Dias (PSDB-PR).

Uma das alterações foi a inclusão do conceito de organização criminosa, definida como "associação, de três ou mais pessoas, estruturalmente

ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, com objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante prática de crimes cuja pena máxima seja igual ou superior a quatro anos ou que sejam de caráter transnacional".

O PLC 3/10 também autoriza os tribunais a reforçarem a segurança dos prédios da Justiça com controle de acesso dos visitantes e instalação de câmeras de vigilância e detectores de metais. Ainda para reforçar a segurança dos magistrados, o projeto altera o artigo 6º do Estatuto do Desarmamento para autorizar o porte de arma de fogo aos agentes de segurança do Poder Judiciário e do Ministério Público.

DAB São Gonçalo



Em São Gonçalo (RJ), protesto após o assassinato da juíza Patrícia Acioli, em 2011, que investigava policiais por formação de quadrilha

Plenário examina regulação da advocacia pública nos municípios

Segue para votação em dois turnos no Plenário do Senado, em regime de urgência, proposta de emenda à Constituição que regula a advocacia pública nos municípios (PEC 17/12). Ontem a Comissão de Constituição e Justiça aprovou a PEC, que atribui aos procuradores municipais a representação e a consultoria jurídica. A proposta, relatada por Inácio Arruda (PCdoB-CE), garante a organização do cargo de procurador municipal em carreira e o ingresso por concurso público. A estabilidade, após três anos, dependerá de avaliação de desempenho.

Aprovada criação de 560 cargos de advogados da União

O Plenário aprovou ontem à noite o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 137/11 que cria 560 cargos de advogado da União em 2012.

A matéria, que vai à sanção, foi incluída na pauta a pedido do líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE).

Ele afirmou que o governo tem interesse em estruturar melhor a Advocacia da União.

A matéria foi aprovada na CCJ no último dia 25 de abril, quando seu relator, Humberto Costa (PT-PE), afirmou que esse quadro funcional está estagnado há mais de uma década em 1.800 servidores.

Mozarildo lembra Dia Mundial da Liberdade de Imprensa



Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) lembrou ontem, em Plenário, o Dia Mundial da Liberdade de Imprensa, celebrado em 3 de maio. Ele disse em seu discurso que "a liberdade de imprensa é um dos principais pilares da democracia". O senador mostrou preocupação com movimentos para cercear a livre expressão, que, para ele, "deve ser defendida por todos, em vez de ser temida por investigar e denunciar atos de corrupção contra o dinheiro público". Mozarildo ressaltou que a Constituição garante a liberdade de imprensa.

Suplicy questiona conselho de produtores de laranja



Eduardo Suplicy (PT-SP) protestou ontem contra a forma como foi criado o Conselho dos Produtores de Laranja e das Indústrias de Suco de Laranja (Consecitrus), excluindo a Faespe e a Associtrus, principais entidades de representação dos produtores de laranja de São Paulo. A criação do conselho foi uma exigência do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) na análise do processo de fusão entre empresas produtoras. O senador pediu bom senso e que o Consecitrus possa representar todo o setor.

Casildo anuncia melhorias no aeroporto de Florianópolis



Casildo Maldaner (PMDB-SC) defendeu ontem a melhoria da infraestrutura aeroportuária de seu estado. Ele se reuniu com o ministro Wagner Bittencourt, da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República, que lhe teria garantido que até 2014 o Aeroporto Internacional de Florianópolis terá um novo terminal, novos sistemas de pistas e pátios, estacionamentos e acesso viário. Casildo também pediu a aplicação do modelo de concessão à iniciativa privada para o aeroporto de Florianópolis.

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça vai para votação em dois turnos no Plenário antes de seguir para a Câmara

Estados deverão repartir ICMS das vendas realizadas pela internet

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem proposição que divide, entre estados de origem e de destino, o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas vendas pela internet. A proposta de emenda à Constituição (PEC 103/11), de Delcídio do Amaral (PT-MS), segue agora para votação em dois turnos no Plenário. Se for aprovada, vai para a Câmara dos Deputados.

Hoje o consumidor de um estado que adquire produto de uma loja virtual em outro estado paga o ICMS na origem da mercadoria. A proposta do relator da PEC, Renan Calheiros (PMDB-AL), é sujeitar essas operações, em que o cliente geralmente não é inscrito no ICMS, ao mesmo tratamento dado às vendas entre empresas de estados diferentes.

Quando a operação ocorre entre pessoas jurídicas com inscrição no ICMS, aplicam-se duas alíquotas: a interestadual — paga à secretaria de Fazenda da unidade federativa de origem — e a alíquota final, que cabe ao estado para onde a mercadoria se destina.



Renan (E) deu parecer contrário a emenda de Suplicy (2º à esq.), Marta e Aloysio Nunes (D), senadores por São Paulo

O substitutivo deixa claro que caberá ao estado onde está o comprador da mercadoria o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna e a interestadual.

Rejeição

Renan deu parecer contrário a emenda de Marta Suplicy (PT-SP), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) e Eduardo Suplicy (PT-SP). Eles pretendiam que a nova regra se aplicasse não só a operações realizadas de modo não presencial,

mas a todas as que destinem mercadorias a consumidores finais. Segundo os senadores, restringir a aplicação das regras às operações de modo não presencial deixaria de fora algumas hipóteses específicas, como as vendas realizadas por *showroom* em um estado quando a empresa vendedora se localiza em outro.

Na avaliação dos autores da emenda, a restrição abriria espaço a uma nova guerra fiscal, pois tornaria viável que empresas instalassem

showrooms em um estado e mantivessem central de distribuição em outro. Essa prática, argumentaram os parlamentares, poderia prejudicar a arrecadação do estado de destino das mercadorias.

Renan afirmou que a emenda, assim como uma proposta de realização de audiência pública sobre o tema, também de autoria dos senadores paulistas, teria a intenção de apenas adiar a votação de sua proposta. Durante a votação, a emenda foi rejeitada.

Texto da PEC une ideias de outras duas propostas do Senado

Duas PECs de 2011 — a 56 e a 113, respectivamente de autoria de Luiz Henrique (PMDB-SC) e Lobão Filho (PMDB-MA) — já previam a aplicação das alíquotas interestaduais no faturamento direto ao consumidor. A diferença entre elas decorre da abrangência: enquanto a PEC 56 trata especificamente de comércio eletrônico, a PEC 113 refere-se a todo o comércio interestadual, presencial ou não.

O que Renan fez foi juntar um pouco das duas propostas, abrangendo o comércio eletrônico e o comércio feito de forma não presencial, como as encomendas por catálogo ou por telefone. Segundo ele, a mudança na divisão do ICMS contribui para o equilíbrio entre as unidades federativas e terá grande impacto econômico. A estimativa é de que o comércio eletrônico tenha movimentado R\$ 18,7 bilhões no ano passado. Quando a

atual regra foi colocada na Constituição, em 1988, o *e-commerce* ainda nem existia.

A PEC 103/11 atribui a uma futura resolução do Senado a definição das alíquotas, propondo percentuais provisórios até que a norma seja editada. Delcídio quer que o estado destinatário fique com 70% do ICMS arrecadado nas operações não presenciais.

Hoje produtos que saem dos estados mais desenvolvidos pagam na origem 7% do ICMS,

que corresponde à alíquota interestadual. Os menos desenvolvidos ficam com uma alíquota interestadual de 12%.

O consumidor, quando compra o produto em uma loja, paga para o comerciante, embutido no preço, a alíquota final, em torno de 17% (varia conforme o produto e pode chegar a 25%). O comerciante, que é o responsável pelo recolhimento do imposto, paga apenas a diferença à secretaria da Fazenda de seu estado.

Lopes apresenta emenda à MP que altera poupança

Eduardo Lopes (PRB-RJ) comunicou ontem ao Plenário a apresentação de emenda à Medida Provisória 567/12, que mudou as regras de correção da caderneta de poupança. O senador disse que apresentou a emenda levando em consideração o fato de que 65% dos recursos da poupança devem ser aplicados no Sistema Financeiro de Habitação, para construção e aquisição de moradias, sendo importante, portanto, que os beneficiários da redução dos juros sejam os mutuários, e não os bancos que fazem os financiamentos.

Lopes parabenizou a atitude “positiva e corajosa” da presidente Dilma Rousseff no combate às altas taxas de juros praticadas no Brasil.



Senador explica que intenção é defender mutuários da casa própria

Lindbergh diz que Brasil é exemplo diante da crise

Lindbergh Farias (PT-RJ), elogiou a condução da política econômica brasileira por seu afastamento do “receituário neoliberal”, e espera que os países do primeiro mundo em crise sigam o exemplo do Brasil na rejeição de planos de austeridade. Citando a Espanha, que enfrenta elevado desemprego, o senador condenou o “caminho sem saída” dos planos recessivos.

Ao cumprimentar o socialista François Hollande, eleito presidente da França no domingo, Lindbergh apoiou a esperança de um “novo começo para a Europa”. Ele disse esperar que Hollande consiga romper com a lógica das políticas recessivas, que classificou como autodestrutivas.



Lindbergh elogia a condução da política econômica do Brasil

Declaração de Nascido Vivo: validade nacional

A Declaração de Nascido Vivo (DNV) poderá passar a valer em todo o território nacional enquanto o recém-nascido não tiver a certidão de nascimento.

A medida consta de projeto de lei da Câmara (PLC 120/11) aprovado ontem pelo Plenário do Senado, após ter sido acatado pela Comissão de Constituição e Justiça.

A iniciativa do Poder Executivo altera a Lei de Registros Públicos (Lei 6.015/73) para obrigar a emissão da DNV para todos os nascimentos.

A declaração deverá ser emitida por profissional de saúde

responsável pelo acompanhamento da gestação, do parto ou do recém-nascido, inscrito no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde ou no respectivo conselho profissional.

Ainda segundo a proposta, o documento terá validade apenas para elaboração de políticas públicas e lavratura do assento de nascimento.

A relatora, Marta Suplicy (PT-SP), observou que a DNV não substitui o registro de nascimento — obrigatório, gratuito e que contém número de identificação nacional gerado pelo Ministério da Saúde.

Cheque-caução na saúde pode resultar em um ano de detenção

Quem condicionar atendimento médico-hospitalar de emergência à exigência de cheque-caução ou qualquer outro tipo de garantia poderá ser punido com detenção de três meses a um ano, mais multa. É o que prevê projeto de lei da Câmara (PLC 34/12) aprovado ontem em Plenário, horas depois de ter passado pela Comissão de Constituição e Justiça. A pena poderá ser dobrada se a recusa de atendimento resultar em lesão corporal grave e triplicada se levar à morte.

— O PLC prioriza a vida em vez da tendência observada de subordinar tudo ao lucro e ao ganho — ressaltou o relator, Humberto Costa (PT-PE).

Ele lembrou que propostas similares já haviam sido aprovadas pela CCJ, mas esta foi considerada mais ampla e completa.

Relatora do projeto, Ana Amélia disse que o Congresso não pôde fazer nada além de homologar acordo feito pelo governo com a Fifa

Senado aprova Lei Geral da Copa com liberação de bebida nos estádios

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem o projeto da Lei Geral da Copa (PLC 10/12). Um dos pontos mais polêmicos é a permissão para a venda de bebidas alcoólicas nos estádios durante os jogos. O projeto segue para sanção da presidente Dilma Rousseff.

O texto disciplina os direitos comerciais da Federação Internacional de Futebol Associado (Fifa) na Copa do Mundo de 2014, fixando privilégios como a titularidade dos direitos sobre imagens e sons relacionados ao evento. As regras também valem para a Copa das Confederações de 2013, que também será realizada no Brasil.

A votação foi acelerada após requerimento de urgência. Os quatro senadores que relataram o projeto defenderam a aprovação: Ana Amélia (PP-RS), Blairo Maggi (PR-MT), Francisco Dornelles (PP-RJ) e Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Para viabilizar a venda de bebidas alcoólicas durante os jogos, o texto suspende o artigo 13-A do Estatuto do Torcedor. Prevê-se que a Fifa terá de negociar a liberação com cada estado.

Ana Amélia disse que a venda de bebida nos estádios deve ser uma exceção. Ela ressaltou que, quando há proibição, “os números comprovam a redução da violência nos jogos”, mas argumentou que o governo tem de cumprir o contrato assinado com a Fifa. Segundo a senadora, do modo como o governo agiu ao vencer a disputa pela realização da Copa, no governo Lula, o Congresso ficou com pouca margem para discussão.

— Estamos simplesmente fazendo a homologação do que o Executivo fez — protestou.

O projeto prevê que a União



Votação da proposta mobiliza senadores governistas e da oposição durante a sessão de ontem no Plenário

responderá pelos danos que causar à Fifa ou aos seus empregados, seja “por ação ou omissão”. O texto também permite ao governo decretar feriados nacionais quando a Seleção Brasileira jogar.

De acordo com o projeto, os preços dos ingressos serão determinados pela Fifa, ficando suspensas as leis estaduais e municipais que permitem descontos e gratuidades. Haverá quatro faixas de preços, sendo a categoria 4 a mais barata. Estudantes e participantes de programas federais de transferência de renda, como o Bolsa Família, terão direito a meia-entrada na categoria 4. Idosos a partir de 60 anos poderão comprar a meia-entrada em qualquer categoria de preço.

O projeto dá um prêmio de R\$ 100 mil aos jogadores das seleções brasileiras campeãs nas Copas do Mundo de 1958, 1962 e 1970. Também concede a esses ex-atletas, desde que estejam “sem recursos ou com recursos limitados”, um auxílio mensal que visa complementar a renda até atingir o teto pago pela Previdência Social — hoje em R\$ 3.916,20.

Venda de álcool durante os jogos é classificada como “subserviência”

Vários senadores foram assinalados que ocorrências policiais e médicas em jogos têm queda quando há proibição de álcool. Magno Malta (PR-ES) disse que os senadores poderão ser culpados por mortes provocadas por torcedores bêbados.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) argumentou que, caso o Senado alterasse a redação, o texto teria de retornar à Câmara. Humberto Costa (PT-PE) disse que foi necessário aprovar as medidas por serem compromissos assumidos pelo governo, como disse Anibal Diniz (PT-AC).

Pedro Taques (PDT-MT) e Paulo Bauer (PSDB-SC) criticaram a liberação das bebidas. Taques e Alvaro Dias (PSDB-PR) disseram que isso prejudica a soberania nacional. Segundo Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), a liberação foi “motivada por uma necessidade comercial da Fifa”. Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) afirmou que o projeto revela subserviência.

José Agripino (DEM-RN) disse que venda de bebida permite incidentes graves e Jayme Campos (DEM-MT)

assinalou que ocorrências policiais e médicas em jogos têm queda quando há proibição de álcool. Magno Malta (PR-ES) disse que os senadores poderão ser culpados por mortes provocadas por torcedores bêbados.

Vanessa Graziotin (PCdoB-AM) alegou que a liberação vigora só durante o evento e Lídice da Mata (PSB-BA) disse que a aprovação é uma oportunidade para o Brasil. Eduardo Lopes (PRB-RJ) citou a previsão de que, durante a Copa, o Brasil receba 10% do total de turistas que visitam o país em um ano. Na opinião de Sérgio Souza (PMDB-PR), não haverá problemas de violência.

Alvaro Dias lamentou que o evento deverá ser viabilizado principalmente com recursos públicos e Cristovam Buarque (PDT-DF) avaliou que o valor poderia construir de 10 a 15 mil escolas.

Cyro diz que decisão cria “bomba-relógio” para os brasileiros

Cyro Miranda (PSDB-GO) disse ontem, em discurso no Plenário, que a Lei Geral da Copa está criando uma “bomba relógio” ao estabelecer que a Fifa será isenta de qualquer responsabilidade legal em relação a eventuais incidentes e acidentes durante o evento.

A venda de bebidas alcoólicas em estádios também foi duramente criticada pelo senador. Para ele, um país que pretende se afirmar no contexto mundial como nação emergente não pode ficar “abaixado” diante das exigências da Fifa.

— Como é que o Brasil luta ao longo de anos contra o consumo de álcool nos estádios e topa dar um jeitinho para quebrar o galho da Fifa? — questionou.

Paim lembra que outros países mantiveram restrição

Paulo Paim (PT-RS) defendeu ontem, em Plenário, a proibição do consumo e da venda de bebidas alcoólicas nos estádios durante a Copa do Mundo de 2014. Citando documento do Conselho Nacional de Procuradores-Gerais dos ministérios públicos dos estados e da União, o senador lembrou que países como Estados Unidos, Itália, Japão, Coreia e França respeitaram a restrição à bebida dentro dos estádios quando sediaram Copas do Mundo de futebol.

Segundo Paulo Paim, os procuradores acompanharam com perplexidade as discussões promovidas no Congresso Nacional, que, para ele, priorizaram a visão econômica em detrimento da segurança dos torcedores.

Anvisa garante que intensifica fiscalização de importados

A atuação internacional da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) tem crescido para garantir a qualidade dos produtos farmacêuticos e alimentares que vários países desejam exportar para o Brasil. A afirmação foi feita ontem pelo diretor-presidente da agência, Dirceu Barbano, em audiência promovida pela Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Parlasul).

Segundo Barbano, a Anvisa conversa em pé de igualdade com agências semelhantes, como a Food and Drug Administration (FDA), dos Estados

Unidos. Hoje, explicou, qualquer autoridade sanitária deve se preocupar com a saúde das populações por onde circulam suas mercadorias, não mais

apenas com seu próprio povo.

O diretor da Anvisa disse que a fiscalização de produtos estrangeiros já é feita em mais de 20 países e, somente em 2011,

foram realizadas 450 inspeções em fábricas de medicamentos, material e equipamento médico e insumos farmacêuticos em países como a China.

— Muitas vezes há regras em que, para chegar um produto ao Brasil, o produtor argentino, paraguaio ou uruguaio tem que cumprir o que vale para os brasileiros e não vale para o país dele. O ideal no bloco econômico é que as normas sejam idênticas e que o produto possa circular livremente — disse Barbano.

Ele exemplificou que nos outros países do Mercosul não

há, por exemplo, produção de medicamentos genéricos, o que dificulta a dinâmica. A Anvisa tem buscado facilitar a harmonização de leis, disse Barbano. Está sendo elaborada a Farmacopeia, um código que estabelece metodologias de controle de qualidade para a área farmacêutica. O Brasil era o único na América do Sul a ter a sua, e a do Mercosul agora está em vias de ser publicada.

A audiência integrou a 1ª Semana de Vigilância Sanitária no Congresso Nacional, na qual a Anvisa presta contas de suas atividades.



Barbano fala ao lado do deputado Dr. Rosinha, vice-presidente do Parlasul



Jayme Campos preside a CAS, onde Lídice da Mata (C) relatou projeto beneficiando os domésticos

Domésticos sem FGTS poderão ter direito a seguro-desemprego

Projeto de Ana Rita, com emenda de Lídice da Mata, foi aprovado ontem na Comissão de Assuntos Sociais e deve seguir diretamente para análise da Câmara dos Deputados

EMPREGADOS DOMÉSTICOS DE-MITIDOS sem justa causa, mesmo não inscritos no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), terão direito a seguro-desemprego por três meses. Projeto de lei com essa finalidade, de Ana Rita (PT-ES), foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Para receber o benefício, o trabalhador deverá comprovar ter trabalhado como empregado doméstico, pelo menos por 15 meses nos últimos dois anos, contados da data da dispensa. Além disso, terá de apresentar os comprovantes de recolhimento da contribuição previdenciária no período.

Relatora do projeto (PLS 678/11), Lídice da Mata (PSB-BA) observou que, atualmente, apenas 6% desses trabalhadores têm direito ao seguro-desemprego por terem inscrição no FGTS. A senadora considerou a exigência “incompreensível”.

Em seu texto inicial, a proposta estabelecia seguro de seis meses para os domésticos inscritos no FGTS e de três meses para os demais. No entanto, Lídice apresentou emenda para conceder o seguro por três meses a todos os trabalhadores. A matéria recebeu decisão terminativa e não precisará passar pelo Plenário, devendo seguir diretamente para a Câmara.

Comissão aprova dedução do IR para INSS de dependente e remédios

Dois projetos de lei que criam novas possibilidades de dedução de Imposto de Renda Pessoa Física foram aprovados ontem pela CAS.

Um deles, de Paulo Paim (PT-RS), permite deduzir o valor de contribuição previdenciária oficial paga para dependente. O outro, de Alvaro Dias (PSDB-PR), permite o abatimento do valor de medicamentos de uso contínuo ou de alto custo.

Pelo projeto de Paim (PLS 230/11), o

contribuinte poderá deduzir até 6% do valor destinado ao custeio de benefício previdenciário oficial (União, estados, DF e municípios).

Já a proposta de Alvaro (PLS 523/11), aprovada na forma de substitutivo de Armando Monteiro (PTB-PE), indica que os medicamentos passíveis de dedução serão definidos em regulamento.

Agora, os dois projetos seguem para exame da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Senadores negociam com Presidência e deputados solução para Código Florestal

Foi criada ontem comissão de senadores para negociar junto à Presidência da República e à Câmara dos Deputados uma saída política para o principal impasse em torno do Código Florestal: as regras para regularizar atividades consolidadas em áreas de preservação permanente (APPs) nas margens de rios.

Compõem o grupo Acir Gurgacz (PDT-RO), Blairo Maggi (PR-MT), Eduardo Braga (PMDB-AM), Eunício Oliveira (PMDB-CE), Luiz Henrique (PMDB-SC), Jorge Viana (PT-AC), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) e Waldemir Moka (PMDB-MS).

Os senadores devem discutir com a Casa Civil da Presidência da República as partes do novo código, à espera de sanção, que serão negociados, podendo ser vetados pela presidente Dilma Rousseff e substituídos por medidas provisórias ou projetos que

tramitariam em regime de urgência.

O projeto de reforma do Código Florestal aprovado pelo Senado em dezembro previa que propriedades com cultivos ou criações na margem de rios com até dez metros de largura deveriam recompor faixas de matas com pelo menos 15 metros de largura. Para rios com mais de dez metros, o texto do Senado previa duas situações: imóveis com até quatro módulos fiscais seriam obrigados a recompor matas correspondentes à metade da largura rio; imóveis maiores seguiriam norma a ser definida pelos conselhos estaduais de Meio Ambiente, respeitando-se, nos dois casos, o mínimo de 30 metros e o máximo de 100 metros. A regra para rios com até dez metros de largura foi mantida pela Câmara, mas as normas para rios maiores foram excluídas do texto aprovado pelos deputados.

Alterações no novo código são legítimas, afirma Gurgacz

A sanção integral, pela presidente Dilma Rousseff, do novo Código Florestal foi defendida por Acir Gurgacz (PDT-RO). Para o senador, o texto final, aprovado pelos deputados, “tem legitimidade”, assim como o texto substitutivo anteriormente aprovado pelo Senado. Gurgacz disse também que a Câmara manteve 90% do texto proveniente do Senado e que é preciso respeitar a decisão das duas Casas.

— É legítima a mudança que a

Câmara fez. Não podemos trazer agora para a Câmara e Senado esse cabo de força. No Senado, conseguimos romper o cabo de força entre ambientalistas e ruralistas. Fizemos um texto equilibrado, amplamente discutido e debatido pelo Congresso.

O senador também disse apoiar o projeto (PLS 123/12) de Luiz Henrique e Jorge Viana sobre “áreas consolidadas” nas áreas de preservação permanente (APPs).

Davim lembra a municípios os prazos do plano de destinação de resíduos sólidos

Paulo Davim (PV-RN) fez um alerta aos gestores municipais sobre a necessidade de entregarem ao Ministério do Meio Ambiente, até agosto, os planos de destinação de resíduos sólidos. A exigência, lembrou o senador, está prevista na Lei 12.305/10, que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos e distingue o que é lixo do que é rejeito. Davim ressaltou o objetivo fundamental dos planos, que é acabar com os lixões.

— A pior destinação dos resíduos sólidos são os lixões, devido ao fato

de armazenarem lixo sem separação, coleta, reciclagem ou quaisquer outras medidas que contribuam para evitar a contaminação do meio ambiente. Faço um apelo aos gestores municipais para que fiquem atentos aos prazos para

entrega dos planos e se articulem politicamente, que atuem por meio de seus órgãos ambientais e construam suas políticas públicas de resíduos sólidos de maneira integrada e complementar à política nacional vigente — disse.



Waldemir Bourro/Agência Senado

Mesa do Senado Federal

Presidente: José Sarney

1º vice-presidente: Marta Suplicy

2º vice-presidente: Waldemir Moka

1º secretário: Cícero Lucena

2º secretário: João Ribeiro

3º secretário: João Vicente Claudino

4º secretário: Ciro Nogueira

Suplentes de secretário:

Casildo Maldaner, João Durval, Maria do Carmo Alves e Vanessa Grazziotin

Diretora-geral: Doris Peixoto

Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Fernando Cesar Mesquita

Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327

Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso e Milena Galdino

Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia

Site: www.senado.gov.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: André Falcão, Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo e Pedro Pincer

Reportagem: Cíntia Sasse

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333



Victor Pelaez (UFPR), José Agenor Álvares (Anvisa) e senador Acir Gurgacz

Anvisa: falta técnico para analisar agrotóxico

Os agrotóxicos são “problema e solução”. Foi dessa forma que o presidente da Comissão de Agricultura, Acir Gurgacz (PDT-RO), resumiu o debate realizado ontem sobre o tema.

A professora da UFRJ Anamaria Tambellini explicou que os defensivos agrícolas são muito tóxicos para os trabalhadores

e precisam ser controlados.

O diretor da Anvisa José Agenor Álvares da Silva garantiu que os impactos desses produtos sobre a saúde são preocupação da agência quando analisa os pedidos de registro. Ele reclamou do número reduzido de técnicos para analisar os processos de registro: 44.

O diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal, Eduardo Daher, afirmou que o uso de defensivos agrícolas é um dos fatores que proporcionaram um “aumento extraordinário” da produtividade agrícola nacional, que por sua vez contribuiu para a redução do preço dos alimentos.

Braga agradece socorro do governo ao Amazonas

Eduardo Braga (PMDB-AM) agradeceu ontem o socorro do governo federal ao estado do Amazonas, atingido por enchentes. Segundo o senador, a presidente Dilma Rousseff demonstrou sensibilidade com o povo do estado e agiu com rapidez.

Ontem foram depositados na conta do governo do estado R\$ 7 milhões, a serem distribuídos às pessoas atingidas em cartões de R\$ 400, informou o senador. Segundo ele, mais de 65 mil famílias foram prejudicadas pelas chuvas no estado.

Wellington relata benefícios ao Piauí após audiências



Waldemir Barreto/Agência Senado

Wellington Dias (PT-PI) ressaltou os benefícios obtidos para o Piauí após audiências do governador do estado, Wilson Martins, e da bancada federal e estadual com vários ministros. A ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, autorizou a liberação de R\$ 2 milhões para o Parque Nacional Serra da Capivara, disse. O senador destacou encontro com o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, que deverá liberar R\$ 40 milhões ao Piauí.

Senado confirma crédito para evitar e reparar desastres naturais

Durante debate da MP, senadores criticaram escassez de recursos do governo destinados a ações preventivas e demora na liberação de verbas

O SENADO APROVOU a medida provisória que abre crédito extraordinário de R\$ 533,5 milhões para a prevenção de desastres naturais e a reconstrução de áreas atingidas por eles. O objetivo é evitar ou diminuir os danos sofridos por inundações, deslizamentos, secas e outras catástrofes climáticas que se repetem com frequência em diversos pontos do país.

O crédito é destinado aos ministérios da Ciência, Tecnologia e Inovação, da Defesa e da Integração Nacional. A MP 553/11 foi aprovada em votação simbólica. A relevância e a urgência da proposta foram reconhecidas por unanimidade. Entretanto, durante a discussão do mérito, diversos senadores criticaram a escassez de recursos do governo destinados a ações preventivas e a demora na liberação de verbas.

Segundo Alvaro Dias (PSDB-PR), “o governo é sempre generoso na hora de anunciar os créditos, mas sua aplicação é reduzida à insignificância”.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) apontou uma contradição entre a urgência das ações e o ritmo de liberação dos recursos pelo governo. Segundo o senador, “dos R\$ 140 milhões destinados pela MP ao Ministério da Integração



Lobão Filho diz considerar “irrisórios” os R\$ 6 milhões destinados à implantação de centro de monitoramento

Waldemir Barreto/Agência Senado

para prevenção de desastres e preparação para eles, nada foi liberado desde a edição da medida, em dezembro do ano passado, até o momento”. O relator da medida, Lobão Filho (PMDB-MA) discordou, afirmando que já foram empenhados R\$ 25 milhões desse valor.

Mesmo assim, Lobão Filho disse concordar com Aloysio sobre o valor destinado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação para implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais, R\$ 6 milhões, ser “irrisório”.

— E mesmo assim esse valor ainda não foi empenhado, nem executado — disse.

O relator informou que a Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) do Senado encaminhará ao ministério um ofício para cobrar providências.

Casildo Maldaner (PMDB-

SC, relator da Comissão Temporária de Defesa Civil, que funcionou durante o ano de 2011, afirmou que a cada R\$ 1 gasto na prevenção economizam-se R\$ 7 na reparação aos danos causados pelos desastres. O senador cobrou do governo federal o envio da proposta de um novo, amplo e eficiente marco regulatório da defesa civil, compromisso assumido em março.

Destinação

O crédito para implantação do Centro Nacional de Monitoramento e Alerta de Desastres Naturais, de acordo com a exposição de motivos do governo, visa à aquisição de radares de monitoramento e equipamentos de tecnologia avançada, com o objetivo de fornecer informações confiáveis sobre o risco iminente de desastres como deslizamento de encostas,

enxurradas e inundações. Essas informações deverão subsidiar os órgãos de defesa civil na tomada de decisões.

No caso dos R\$ 77.581.700 destinados pela MP ao Ministério da Defesa, para cooperação em ações de defesa civil, o governo argumenta, também na exposição de motivos, que “é fundamental viabilizar a pronta atuação das Forças Armadas, em cooperação com os diversos órgãos e entidades do governo federal e demais entes da Federação que compõem o Sistema Nacional de Defesa Civil (Sindec), por meio do Plano Emergencial de Emprego das Forças Armadas e de Módulos Emergenciais de Material”.

Os R\$ 450 milhões restantes (neles incluídos os R\$ 140 milhões para prevenção de desastres citados por Aloysio Nunes durante o debate) se destinam ao Ministério da Integração Nacional, para o financiamento de ações de defesa civil em geral, como fornecimento de cestas básicas, agasalhos e abrigos emergenciais para as pessoas atingidas, distribuição de água em carros-pipa e restabelecimento de infraestruturas locais, de forma a minorar os efeitos acarretados aos moradores das localidades prejudicadas.

Especialista da UnB defende criação de fundo internacional para proteção do Cerrado

A criação de um fundo internacional de proteção ao cerrado foi defendida ontem em audiência pública na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

Embora seja o segundo maior bioma da América do Sul, ocupe 22% do Brasil, concentre as nascentes de suas três maiores bacias hidrográficas e abrigue enorme biodiversidade, o Cerrado encontra-se ameaçado, alertou o diretor do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília

(UnB), Saulo Rodrigues Filho.

Ele disse que, com a Amazônia no centro dos debates e dispondo de um fundo internacional, é preciso voltar as atenções para o Cerrado.

Com o crescimento da produção agrícola no Centro-Oeste, já se pode notar que o bioma requer atenção especial, destacou Rodrigues Filho, para quem instrumentos de

proteção, como o pagamento por serviços ambientais, teriam a oportunidade de corrigir as distorções de mercado.

— O pagamento por serviços ambientais tem potência

enorme de promover não só a mitigação dos gases do efeito estufa, mas também a redução do desmatamento e da vulnerabilidade de populações socialmente desfavorecidas, sem tirar delas a possibilidade de produzir, gerar renda, riqueza e bem estar — afirmou.

Para Roberto Brandão Cavalcanti, secretário de Biodiversidade e Florestas do Ministério do Meio Ambiente, é importante que o governo disponibilize recursos a serem transferidos aos beneficiários.



Senador Sérgio Souza, deputado Márcio Macêdo, Roberto Cavalcanti (Meio Ambiente) e Saulo Rodrigues (UnB)

Jonas Pereira/Agência Senado

Preços de CDs e DVDs com obras musicais brasileiras poderão ficar 25% mais baixos com a proposta, segundo a senadora Ana Rita. Medida visa beneficiar o consumidor final e desestimular a pirataria

PEC da Música é aprovada na Comissão de Justiça

PROPOSTA DE EMENDA à Constituição que isenta de impostos CDs e DVDs com obras musicais de autores brasileiros foi aprovada ontem na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ). A chamada PEC da Música visa reduzir o preço dos produtos ao consumidor e, assim, desestimular a venda de reproduções piratas.

A iniciativa (PEC 123/11) livra de impostos CDs e DVDs produzidos no Brasil “contendo obras musicais ou literomusicais de autores brasileiros e/ou obras em geral interpretadas por artistas brasileiros, bem como os suportes materiais ou arquivos digitais que os contenham”. O benefício, no entanto, não alcança o processo de replicação industrial, que continuará a ser tributado.



Aécio, Eunício e Ana Rita defendem a PEC aprovada ontem em reunião da CCJ

Em voto favorável, o relator, Eunício Oliveira (PMDB-CE), disse que a isenção, se efetivada, irá assegurar ao setor fonográfico benefícios fiscais já concedidos a livros, revistas e jornais.

A extensão dos incentivos foi comemorada por Aécio Neves (PSDB-MG), para quem o barateamento da produção musical

brasileira vai impulsionar a vendagem e o lançamento de novos artistas no mercado.

Em nome da Frente Parlamentar da Cultura, Ana Rita (PT-ES) também se manifestou a favor da proposta, observando que a medida pode reduzir os preços em 25%. A PEC vai ao Plenário para votação em regime de urgência.

Eduardo Braga teme prejuízos à Zona Franca



Senador lembra que Zona Franca de Manaus emprega 7 mil trabalhadores

Eduardo Braga (PMDB-AM) votou contra a PEC da Música na CCJ. Ele disse que sua posição não representava desprezo pela cultura e artistas brasileiros. Foi motivada, acrescentou, pelo risco de a desoneração ameaçar a indústria fonográfica e de vídeo na Zona Franca de Manaus, que detém 98% do setor e emprega 7 mil trabalhadores.

— Nós, do Amazonas, não temos nada contra incentivos à cultura brasileira, aos compositores e intérpretes

da música brasileira, mas acreditamos que a aprovação desta PEC não garantirá o combate à pirataria e não terá os efeitos esperados pelos seus defensores.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) também se declarou contra a medida. Magno Malta (PR-ES), Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), Pedro Taques (PDT-MT), Alvaro Dias (PSDB-PR), Ricardo Ferraço (PMDB-ES), Inácio Arruda (PCdoB-CE) e Francisco Dornelles (PP-RJ) apoiaram a PEC.

Para Viana, PEC retira a música da mão dos piratas



Waldemir Barreto/Agência Senado

A aprovação da PEC pela CCJ dá à música o devido valor, trazendo benefícios para o setor produtivo e para os artistas ao combater a pirataria. A avaliação foi feita ontem por Jorge Viana (PT-AC), em pronunciamento no Plenário.

— Com esse ajuste que estamos fazendo, a música deixa de ser um mau negócio no Brasil, um negócio da clandestinidade, ruim para os artistas e para quem adora música. E agora chega perto de se transformar num verdadeiro valor cultural, num patrimônio do povo brasileiro — afirmou.

Viana lembrou que a Constituição já estabelece tratamento diferenciado para os livros, jornais e revistas. Com a isenção concedida à música, o senador prevê redução de mais de 20% nos custos de CDs e DVDs e de cerca de 30% nas músicas vendidas pela internet.

— Certamente, estamos aqui fazendo aquilo que atende aos interesses nacionais — concluiu.

Vanessa: medida trará desemprego a Manaus

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) criticou em pronunciamento no Plenário a aprovação da PEC da Música pela CCJ. A senadora lamentou que apenas parlamentares do Amazonas tenham criticado o projeto, aprovado na CCJ com um único voto contrário, o de Eduardo Braga (PMDB-AM).

Ela ressaltou o temor de que a isenção provoque o deslocamento do parque produtivo de Manaus para outras regiões do país, especialmente o eixo Rio-São Paulo, que concentra 80% dos consumidores de CDs e DVDs.

Vanessa avalia que a medida provocará desemprego na Zona Franca de Manaus. Isso porque a economia da região se fundamenta em uma política nacional de incentivos fiscais.

— O que permeou o debate não foi a razão, e sim a emoção, porque vale muito o pedido dos cantores, do Fagner, da Ivete Sangalo, de Bruno e Marrone, e daí para a frente — disse.



Moreira Moutiz/Agência Senado

Ciência e tecnologia protagonizarão o desenvolvimento do país, diz ministro

Os investimentos do país em pesquisa e desenvolvimento devem saltar de 1,2% para 1,8% do produto interno bruto (PIB) até 2015, e metade deles deverá partir da iniciativa privada disse o ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação, Marco Antonio Raupp, em audiência da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

O ministro considerou medidas importantes para o futuro do país a formação de recursos humanos, melhoria na estrutura de laboratórios de pesquisa, o aperfeiçoamento do marco legal de ciência e tecnologia e a busca de novos financiamentos.

— O nosso desafio é o de transformar a ciência, a tecnologia e a inovação em protagonistas do desenvolvimento brasileiro — afirmou.

Marco Antonio Raupp classificou de “verdadeira revolução” o Programa Ciência sem

Fronteiras, que deve enviar ao exterior 101 mil estudantes até 2014 — 75 mil com recursos públicos e 26 mil com privados.

Sobre a possibilidade de esses bolsistas não retornarem, o ministro respondeu a Valdir Raupp (PMDB-RO) que o governo está se preparando para aloca-los em empresas ou institutos de pesquisa.

Sérgio Souza (PMDB-PR) elogiou a iniciativa do governo de estabelecer uma instituição semelhante à Embrapa para pesquisa na indústria. Luiz Henrique (PMDB-SC) pediu que os estados dediquem parte de seus royalties a investimentos em ciência e tecnologia. Eduardo Lopes (PRB-RJ) defendeu a pesquisa para o desenvolvimento da pesca e Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ressaltou a necessidade de investimentos em estímulo à produção industrial.



Ministro Marco Antonio Raupp e Walter Pinheiro: mais investimentos em C&T

Senadores pedem a Gurgel ação em favor do piso salarial de professor

Um grupo de senadores da Comissão de Educação, Cultura e Esporte se reuniu ontem com o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, para pedir que o órgão entre com reclamação no Supremo para obrigar estados e municípios a pagarem o piso salarial dos professores.

O valor mínimo, de

R\$ 1.451, foi instituído pela Lei 11.738/08, que teve origem em projeto de Cristovam Buarque (PDT-DF).

Participaram da reunião com Gurgel, além de Cristovam, Ana Amélia (PP-RS), Cássio Cunha Lima (PSDB-PB), Cícero Lucena (PSDB-PB) e Pedro Taques (PDT-MT).

Acatadas assistência psicológica para alunos e professores

Alunos e professores da educação básica poderão ter assegurada assistência psicológica na escola, por profissional habilitado, de acordo com projeto aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais. A matéria (PLC 76/11) segue agora para a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

No parecer pela aprovação, a relatora, Lúcia Vânia (PSDB-GO), cujo relatório foi lido por Lídice da Mata (PSB-BA), observou que o contexto escolar justifica a assistência psicológica, lembrando a existência do bullying e as agressões a alunos e professores.

Ângela Portela cobra aprovação do Plano Nacional de Educação

Ângela Portela (PT-RR) reclamou da demora do Congresso em votar o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2010-2020. O texto está na Câmara desde o final de 2010 e já deveria estar em vigor desde o ano passado. A senadora enfatizou que a elaboração do PNE iniciou-se há mais de três anos, com participação de mais de 1 milhão de pessoas. Ela destacou os avanços do financiamento da educação no país.



Waldemir Barreto/Agência Senado